

LIBERDADE UNIVERSALISTA E RELATIVISTA

UNIVERSALIST AND RELATIVIST FREEDOM

Rodrigo Ribeiro Vitor

Professor de graduação no curso de Direito da Ufersa (regime de dedicação exclusiva), mestre e especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e formado em Direito pela Universidade Potiguar. Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Paulista e especialização em Sistemas Elétricos de Potência pela Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área jurídica, atuando como advogado e professor de Direito e também nas áreas de Geração e Transmissão de energia elétrica, com ênfase na gestão de operação e manutenção de parques eólicos, planejamento da operação de sistema elétrico de potência, manutenção de usinas hidráulicas, termoeletricas e subestações do SEP, em auditoria e implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14.001) e de Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18.001) e como facilitador de grupos de estudo de RCM-2 (Manutenção Centrada na Confiabilidade). E-mail: rodrigo.vitor@ufersa.edu.br. Endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/2557015562450559>.

RESUMO

O presente artigo, por meio de um método de abordagem preponderantemente dedutivo, tem como proposta uma reflexão acerca do modo de implementação dos direitos humanos ao redor do mundo, bem como a efetividade das medidas adotadas visando essa implementação, a partir de uma comparação entre os ideais universalistas e relativistas. Parte-se da premissa de que a forma como tais direitos são difundidos atualmente não é dotado de efetividade, posto que carente de legitimidade. Assim, busca-se compreender as razões dessa carência de efetividade, bem como apontar para um caminho viável e dotado de legitimidade, que possa vir a ser apto à difusão e incorporação dos direitos humanos nas mais diversas sociedades. Chega-se à conclusão de que a liberdade do indivíduo pode ser esse caminho, mas ela só pode ser conquistada a partir do desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, pois disso decorre menor dependência estatal e maior participação social. Assim, mostra-se mais eficaz à implementação dos direitos humanos nas sociedades mais resistentes aos ideais universalistas a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento social, do que a tentativa de impor tais valores a todas as sociedades.

Palavras-chave: Desenvolvimento como liberdade; Universalismo; Relativismo.

ABSTRACT

This article, by means of a predominantly deductive approach, has as its proposal a reflection on the way human rights are implemented around the world, as well as the



effectiveness of the measures adopted for its implementation, from a comparison between universalist and relativist ideals. It is assumed that the way in which these rights are currently diffused is not endowed with effectiveness, because lack legitimacy. Thus, it seeks to understand the reasons for this lack of effectiveness, as well as to point to a viable and legitimate path that can be apt to the diffusion and incorporation of human rights in the most diverse societies. It is concluded that the freedom of the people can be this way, but can only be achieved through the development and strengthening of citizenship, because this results in less State dependence and greater social participation. Thus, it is more effective in the implementation of human rights in societies more resistant to universalist ideals to adopt measures that promote social development than the attempt to impose such values on all societies.

Keywords: Development as freedom; Universalism; Relativism.

1. INTRODUÇÃO

Hodiernamente há uma tendência muito forte de se buscar a universalização dos direitos humanos quando o assunto é discutido em fóruns internacionais ou regionais, justificando-se essa visão pela percepção de que o ser humano é o mesmo em qualquer lugar do mundo, no sentido de ter qualidades únicas e indissociáveis que reclamam a atenção e proteção estatal padronizada para sua satisfação.

Há, no entanto, grupos que se opõem a essa universalização dos direitos humanos. Alguns apoiam sua crítica numa perspectiva da falta de legitimidade. Outros a apoiam na falta de coerência do discurso. Por fim, aqueles que se estribam numa crítica embasada em critérios culturais.

Na verdade, a tendência à globalização é generalizada na sociedade atual. Ela ocorre, ou tende a ocorrer, no comércio, nas comunicações, na língua, nas técnicas de trabalho e de construção, na economia, na moeda, no entretenimento, na alimentação, na vestimenta, na própria ideia de unificação de valores, dentre tantas outras áreas.

Em relação ao processo de globalização dos valores, mais especificamente daqueles relacionados aos direitos humanos, é possível apontar um grande avanço a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando os horrores praticados contra os seres humanos pelos nazistas são revelados ao mundo, chamando a atenção para a necessidade de proteção mundial a direitos básicos do ser humano. Aliás, o final da Segunda Grande Guerra é também o marco para o desenvolvimento desse processo de globalização em diversas outras áreas. Pode-se apontar, dentre eles, os resultados avindos das conferências de Bretton Woods, EUA, antes mesmo do final da guerra,

que culminaram com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), além, é claro, da própria Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da qual foram estruturadas as discussões acerca da necessidade de proteção dos direitos humanos.

De certa forma, é possível apontar que as principais estruturas de fomento das discussões globais aqui descritas foram fruto de políticas muito bem pensadas e articuladas por grandes potências que se sagraram vencedoras, como Estados Unidos da América, principalmente, e Reino Unido, a fim de aproveitarem as circunstâncias e garantirem sua influência no novo mundo que se erigia no pós-guerra. Nesse sentido, o Fundo Monetário Internacional é um exemplo claro dessa percepção. A instituição, de marcante presença mundial, com mais de 180 países membros, prevê em seu estatuto que as deliberações de sua assembleia de governadores necessitam, para aprovação, do consenso de, pelo menos, 85% dos "possuidores" das cotas do fundo. Ocorre que os Estados Unidos possuem pouco mais de 17% dessas cotas e, assim, sem sua aprovação, nenhuma deliberação será aprovada. Isso é colocado para apontar o quão uma escolha transvestida de "consenso internacional" pode representar apenas a vontade de um, ou de poucos, mas quase sempre, daqueles que detêm o poder econômico.

No âmbito das discussões da ONU, também é possível apontar o desequilíbrio existente no relacionamento entre as nações, nesse caso, levando-se em consideração, além do poder econômico, o militar. Não se pode negar que o direito de veto a apenas cinco países do Conselho de Segurança, possivelmente o órgão mais influente da organização, é um privilégio que, no mínimo, garante que determinadas ações não serão tomadas para prejudicar seus interesses, ou seja, está garantido, no mínimo, o "status quo".

Os exemplos elencados acima para demonstrar a possibilidade de utilização de instituições internacionais como instrumentos de dominação, não têm a intenção de desmerecer os trabalhos produzidos por essas organizações. Pelo contrário, não se nega que o mundo de hoje é um mundo menos hostil para o ser humano do que aquele que precedeu a Segunda Guerra Mundial. No entanto, serve para chamar a atenção para a análise da legitimidade de determinados discursos organizados a partir das instituições internacionais.

Efetivamente, existe a possibilidade de que certos discursos tidos como um consenso mundial quase que generalizado reflitam apenas os valores de uns. Pode até mesmo coincidirem com a vontade da maioria, mas se não há unanimidade não há consenso, há apenas uma posição majoritária. Isso é muito importante no âmbito das

relações entre os países, pois a ideia de soberania nacional encontra-se muito arraigada e qualquer imposição tenderia a ser, desde o início, rechaçada.

Outro fator que depõe contra a legitimidade do discurso único, especialmente na esfera dos direitos humanos, é a relativização dos mesmos por países que os defendem, sempre que isso se mostre mais favorável. Cita-se como exemplo a posição do Executivo e do Senado Norte-Americano de aprovar a tortura de certos "inimigos do Estado" em 2006.

A crítica à universalização dos direitos humanos se une à crítica fundamentada na diversidade cultural para demonstrar que a imposição do reconhecimento de determinados direitos inerentes ao ser humano a todos os povos é algo ilógico e que sempre encontrará resistência por motivos quase que óbvios. Assim, o que se defende nesta reflexão não é a imposição de um discurso que atribua determinados direitos a todos os seres humanos, independentemente de onde se encontrem, mas a valorização, ou ainda melhor, a necessidade de consagração de liberdades individuais ao ser humano como um ponto de partida para posterior estabelecimento de outros direitos individuais.

A nosso ver, a liberdade, tal como defendida por Amartya Sen, representa um processo de implementação indireta da valorização do ser humano que, ao mesmo tempo, respeita a diversidade cultural e consagra a legitimidade do processo de eleição dos valores do ser humano.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O UNIVERSALISMO

Acerca da universalidade, o professor André de Carvalho Ramos (2013, p. 160-164) vem demonstrar que tal conceito, especificamente no campo dos direitos humanos, deve ser entendido em três planos. O da titularidade, pelo qual haveria a universalidade em razão dos titulares dos direitos serem os seres humanos, sem qualquer distinção. O plano temporal, segundo o qual a universalidade se justificaria porque os homens são titulares dos direitos humanos em qualquer época. Por fim, o plano cultural, por entender-se que os direitos humanos são universais pelo fato de permearem todas as culturas humanas ao redor do mundo.

Fábio Konder Comparato vem apontar a dignidade substancial do ser humano como fundamento dos direitos humanos. De acordo com o autor, diante dessa dignidade, quaisquer especificações individuais e grupais são sempre secundárias. Acrescenta ainda a ideia de dignidade transcendente como um atributo da própria essência do homem, independentemente de sexo, raça, religião, posição social ou qualquer outra ordem, corroborando com o entendimento de André Ramos no sentido

de que daí decorre a universalidade do comportamento humano, em qualquer tempo. O homem como fim, não como meio, utilizando-se o imperativo categórico de Kant. Em breve suma apresentada por Comparato (1998, p.60), tem-se que "... são direitos próprios de todos os homens, enquanto homens, à diferença dos demais direitos, que só existem e são reconhecidos, em função de particularidades individuais ou sociais do sujeito".

O tema também é apresentado por Piovesan (2006), tendo também como referencial o conceito de dignidade da pessoa humana, um verdadeiro "superprincípio" de influência local, regional e global. A influência desse princípio central atingiria qualquer esfera de atuação da nova ordem jurídica mundial.

A mesma autora indica a existência de um "mínimo ético irreduzível", ou seja, um determinado padrão mínimo, mas de alcance global, inerente a qualquer cultura, a dar forma ou substância a essa ideia de dignidade da pessoa humana.

Aponta-se que essa noção de ser humano como titular de direitos pelo simples fato de ser pessoa vem de uma tradição que remonta à herança judaico-cristã, que por sua influenciou o jusnaturalismo racionalista e que encontrou no iluminismo sua principal fonte de expressão, a partir de uma ideia de homem solitário, longe do convívio coletivo (MASSUD, 2007). Uma das virtudes relacionadas ao universalismo trazidas pelo autor é justamente evidenciar que em diversos casos os abusos são cometidos e justificados em nome do respeito à diversidade cultural, ou seja, os argumentos contrários ao universalismo, por desrespeitar certas culturas, são usados apenas como uma justificativa para legitimar uma soberania local ou regional baseada na dominação.

Nota-se então uma convergência para reafirmar o princípio da dignidade humana como pedra fundamental para construção de uma esfera de proteção a certos direitos intrínsecos ao ser humano em qualquer lugar do mundo. Com o intuito de materializar esse objetivo de universalização, foram criados alguns sistemas, especialmente os globais e regionais, a partir da atuação direta de organizações articuladas com esse fim. Piovesan (2006) destaca que esse sistema de disseminação e proteção dos direitos humanos se formou amparado em tratados internacionais que, de certa forma, refletiram uma consciência valorativa compartilhada pelos Estados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é tida como um instrumento internacional que reflete o consenso supracitado e que marca a concepção tida como contemporânea dos direitos humanos, dotada de universalidade, uma vez que tem como meta influenciar a conduta, nesse campo, de todos os Estados do globo. Na verdade, discute-se se essa declaração gozaria ou não de força normativa. A rigor, parece ser um instrumento norteador de comportamentos, mas também há aqueles

que entendem que termina por representar costumes internacionais consagrados no campo dos direitos humanos, o que poderia evidenciar sua força impositiva, com base no art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. De qualquer forma, não se pode negar a influência que essa declaração teve sobre a formação de inúmeras Constituições ao redor do mundo, após 1948, bem como sua função paradigmática na elaboração de outros tratados e disposições internacionais.

Destaca-se também a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, que tenta reforçar as diretrizes universalizantes estabelecidas na Declaração de 1948, mas vai além, para traçar a importante relação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento. Do mesmo modo, a tentativa de difusão e proteção dos direitos humanos de maneira mais incisiva, por indicações dotadas de força normativa, por meio do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966, mas que entrou em vigor a partir de 1976, quando se atingiu o número mínimo de adesões.

Piovesan também aponta a convivência harmônica, não dicotômica, mas complementar, entre o sistema internacional de proteção ao ser humano e os sistemas regionais de proteção ao ser humano (europeu, interamericano, asiático e africano), todos apoiados sobre o dogma da primazia da pessoa humana, por sua vez, consagrada como valor de alcance universal a partir da Declaração Universal de 1948.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O RELATIVISMO

Por sua vez, a corrente relativista vem se contrapor à ideia proposta pelos universalistas de que o conceito que fundamenta os direitos humanos é único em todo o mundo. Piovesan (2013) aponta que os relativistas associam os direitos aos sistemas político, econômico, cultural, social e moral que vigora numa dada sociedade. Desta maneira, cada sociedade estabelecerá seus fundamentos para os direitos humanos, levando-se em consideração suas circunstâncias culturais e históricas. Entendem que, assim, não é possível uma ética universal. Para os relativistas, segundo a autora, a pretensão de difundir a ideia de uma moral universal é a intenção de impor a visão cultural ocidental hegemônica.

Essa visão de imposição cultural por parte do ocidente é compartilhada por Boaventura de Souza Santos (2007, p. 14-19), fruto de um processo de globalização mais amplo, que chega ao campo dos direitos humanos. Na visão do autor, enquanto os direitos humanos forem concebidos como sendo direitos humanos universais, haverá uma tendência de que eles operem como o que chamou de "localismo globalizado", ou seja, uma forma de globalização imposta de cima para baixo, implicando quase sempre em "choques de civilizações". Para Boaventura, o

multiculturalismo é "pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos...". Traz ainda outro importante argumento, de acordo com o qual toda cultura tende a considerar seus "valores-máximos" como mais abrangentes, mas que apenas a cultura ocidental se preocupa em apontá-los como universais.

Boaventura (2007) também indica que o conceito de direitos humanos defendido pelos universalistas se ampara num conjunto de pressupostos que são tipicamente ocidentais. Primeiro, defende-se a existência de uma natureza humana universal que pode ser conhecida racionalmente. Depois, afirma-se que a natureza humana é essencialmente diferente e superior à restante realidade. Também entende-se que o indivíduo possui uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida da sociedade ou do Estado. Por fim, que a autonomia do indivíduo exige que a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica, como soma de indivíduos livres. Observa-se que no conjunto dessas premissas há, no mínimo, de fundamentos de sociedades, por exemplo, asiáticas, que priorizam a coletividade à individualidade.

A partir das considerações de André de Carvalho Ramos (2013), é possível apontar uma série de objeções creditadas aos relativistas em desfavor do universalismo. Pelo que denomina de argumento filosófico, a comunidade humana tem por característica a diversidade de percepções valorativas do mundo, razão pela qual nada é universal. Pelo argumento da falta de adesão dos Estados, alega-se que, mesmo quando há a adesão formal de Estados a tratados sobre direitos humanos, e há muitos casos de falta de adesão formal, há também uma falta de engajamento prático, denotando a intenção dos mesmos em apenas valer-se do efeito publicitário externo. Pelo argumento geopolítico, os Estados ocidentais fariam uso do discurso sobre direitos humanos como um elemento da política de relações exteriores, muitas vezes incoerente, notadamente pela omissão na defesa de direitos humanos na exata medida de seus interesses políticos e econômicos. Já pelo argumento cultural, afirma-se a diferença entre a cultura ocidental e culturas asiáticas e africanas que dificultam a identidade de percepções a respeito de diversos temas relacionados aos direitos humanos. Por fim, pelo argumento desenvolvimentista, sustenta-se que os direitos humanos requerem a existência de um estágio de desenvolvimento mais avançado para sua correta proteção e implementação.

Já Karine Finn (2006), ao descrever o reforço dado pelos relativistas ao reconhecimento amplo da diversidade cultural, aponta que na visão relativista os sistemas culturais possuem igual valor e, portanto, suas características devem ser compreendidas conforme o contexto com que elas se apresentam. Consequentemente,

deve ser considerada a existência de distintos sistemas morais, ou seja, não se pode falar na existência de princípios morais que sejam válidos universalmente aplicáveis de maneira idêntica a todas as pessoas.

Dentro desse debate envolvendo tantas considerações de cunho cultural, não se pode deixar de registrar o próprio conceito, ou características, de cultura abordada em Massud (2007), que trabalharia para realizar os fins do homem, enquanto sua captação e expressão do mundo, enquanto informadora de sentidos e comportamentos, integrando os indivíduos num todo coletivo e enquanto determinante de critérios adequados para a realização desses fins e valores. Traz ainda a reflexão de Habermas acerca da importância da legitimidade necessária para que qualquer solução, em qualquer campo de atuação, obtenha êxito ou efetividade. Nesse sentido, o consenso, ou como ele escreve, o assentimento, de todos os atingidos pelas normas de ação torna-se indispensável, de maneira que esses atingidos não podem deixar de terem participação ativa no processo de elaboração dessas normas. Evidentemente, trata-se de um argumento racional e pragmático, que se não for levado em consideração dependerá exclusivamente da coação para que produza alguma efetividade. Ressalta-se com isso a importância de um diálogo intercultural para dotar de legitimidade o sistema de organização e proteção dos direitos humanos.

4. A LIBERDADE COMO ELEMENTO DE LIGAÇÃO ENTRE O UNIVERSALISMO E O RELATIVISMO

Dentro dessa visão na qual a legitimidade é uma condição de validade de qualquer preposição, a noção de liberdade surge como um elemento de coesão entre posições universalistas e relativistas. A liberdade que aqui se prega está intimamente relacionada ao desenvolvimento, muito próximo daquilo apontado na Declaração sobre o direito ao Desenvolvimento de 1986. De acordo com o disposto no art. 1º, inciso 1, da referida Declaração, o desenvolvimento seria um direito humano inalienável, a partir do qual qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo teria o direito "... de participar, de contribuir e de gozar o desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais se possam plenamente realizar".

Reforçando a preocupação com a legitimidade das preposições, a segunda parte do art. 1º da Declaração aponta que o desenvolvimento "... implica também a plena realização do direito dos povos à autodeterminação". Isso incluiria, o "...exercício do seu direito inalienável à plena soberania sobre todas as suas riquezas e recursos

naturais", sem deixar de se observarem eventuais limitações advindas de disposições dos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos.

A partir dessa linha de pensamento, preocupada com a legitimidade das soluções construídas, o desenvolvimento aparece como um meio para se alcançar a liberdade e, a partir da consagração da liberdade, abrir-se a possibilidade de participação efetiva dos afetados no processo de valoração e escolha de direitos próprios do ser humano. Assim, o conceito de liberdade proposto por Amartya Sen parece nos dar a diretriz sobre o caminho a seguir na luta pela verdadeira efetivação de direitos que possam ser tidos como inerentes ao ser humano, independentemente do lugar em que estabeleça.

Para alcançar o desenvolvimento, Sen (2000, p. 18-55) afirma ser necessária a remoção daquilo que considera serem as principais fontes de privação de liberdade: "pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados excessivos". Ao longo do texto, ele vai correlacionar essas privações a cinco tipos de "liberdades instrumentais", que tenderão a desenvolver no indivíduo capacidades gerais para que possa viver mais livremente e que, de uma maneira ou de outra, se reforçarão mutuamente, complementando-as e maximizando suas potencialidades.

Dentre as liberdades instrumentais supracitadas, as de cunho político referem-se "às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios...". Mas não apenas isso, pois elas visam conferir às pessoas o direito de se expressarem politicamente.

Dentre as liberdades econômicas, Sen as aponta como "oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos com propósitos de consumo, produção ou troca". De certa forma, essas liberdades devem compreender o aumento do acréscimo de renda, mas também devem atender aos critérios equânimes de distribuição. A liberdade econômica se contrapõe à dependência fraternal do Estado.

Por sua vez, as liberdades sociais correspondem ao acesso da sociedade à educação, saúde e demais áreas que fortalecem a liberdade substantiva que permite ao indivíduo viver melhor, possibilitando-o uma participação mais efetiva nas atividades econômicas e políticas.

Já o que Sen chamou de garantias de transparência, baseadas no estabelecimento de relações de confiança, a partir das necessidades de sinceridade, da liberdade para lidarem umas com as outras sob "garantias de dessegredo e clareza", e que funcionam como "inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas".

Finalmente, a ideia de "segurança protetora", como a consagração da ideia de que dever haver uma rede de segurança social que impeça que uma parte da população afetada por privações inesperadas "seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte". Na prática, seria a existência de benefícios ou planos para mitigar os impactos negativos de eventuais crises ou desastres sociais.

A interrelação das liberdades apresentadas funciona como uma espécie de gerador de oportunidades sociais para os indivíduos. Geram oportunidades porque não só criam liberdades substanciais, mas também porque despertam a importância de valorização dessas liberdades. Assim, Sen (2000, p.71) aponta que "os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco". Dessa maneira, as próprias pessoas envolvidas devem ser colocadas no centro das discussões, na conformação do seu próprio destino.

E uma vez colocadas as pessoas afetadas no centro das discussões, não se pode deixar de considerar o que Sen chama de "bases informacionais de princípios concorrentes". A identificação dessas bases informacionais, que de certa forma são as referências individuais e coletivas, ajudam a encontrar as prioridades tidas como aceitas, certas vezes até implicitamente, nas "diferentes abordagens da ética, economia do bem-estar e filosofia política".

Nessa perspectiva, o desenvolvimento, tal como proposto por Sen, disponibiliza e viabiliza uma série de liberdades às pessoas de uma dada sociedade. Essas liberdades, por sua vez, abrem a possibilidade para que os cidadãos desenvolvam uma série de potencialidades, no campo político, econômico, social e cultural. Por sua vez, tais potencialidades afloradas nos indivíduos geram uma cobrança, uma reivindicação deles próprios por maior participação nos processos de elaboração de proposições estatais e sociais. Uma vez aberta essa porta de participação, acolhendo indivíduos livres e conscientes dos rumos que desejam tomar, qualquer escolha, inclusive no campo dos direitos humanos, objeto dessa reflexão, se reveste da autoridade da legitimidade e, portanto, estará muito mais propensa a se revestir do manto da efetividade.

A liberdade então, tal como apresentada nesta proposta, age como inibidora do conflito entre a imposição de um conceito de direitos humanos extensível a todos os habitantes do globo e a defesa de uma posição que considera que as particularidades devem ser respeitadas em nome de diferenças, sobretudo, culturais, uma vez que respeita o ideal de legitimidade ao remeter aos próprios afetados a escolha pelos rumos que deseja tomar, ao tempo em que uniformiza um discurso e um objetivo comum a todos os seres humanos, a própria liberdade de escolha.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, a ideia central desta reflexão está em demonstrar que o que deve buscado nos fóruns internacionais, regionais e locais de discussão a respeito de direitos humanos é a liberdade. Aqui, a liberdade aparece como o mais importante direito humano a se garantir a todos os homens.

Ao invés de um discurso de bases ocidentais, muitas vezes fragilizado por posturas contradizentes daqueles que o proferem, e que provoca mais resistência que abertura para sua aceitação nos países aos quais percebe-se a existência de posições culturais mais antagônicas, como os africanos e asiáticos, a defesa de ações substantivas, como o discurso e a adoção de medidas de ajuda para implementação das liberdades instrumentais nesses países mais arredios à visão ocidental parece ser mais promissora, a partir da lição de Amartya Sen, dotada de plausibilidade, pois enxerga no estabelecimento dessas liberdades instrumentais o caminho para o desenvolvimento e, nesse desenvolvimento, a ferramenta para se alcançar a liberdade "lato senso".

A preocupação inicialmente com o desenvolvimento, tal como proposto, desses países mais absolutistas, menos abertos à visão de direitos humanos do ocidente, por meio de ajudas humanitárias, de investimentos, do fortalecimento comercial, dentre outras boas condutas tidas por mais amistosas, pode vir a fortalecer ou a desenvolver uma série de potencialidades nos indivíduos dessas nações. Como visto, essas potencialidades têm a força para que as pessoas valorizem suas liberdades e, menos dependentes do Estado, possam valorizar e requerer maior e cada vez mais significativa participação nas escolhas desse Estado. Assim, qualquer escolha que esse Estado vier a fazer, inclusive no campo dos direitos humanos, gozará de forte legitimidade. Isso dispensa a necessidade de um embate entre universalistas e relativistas, dando razão aos relativistas naquilo que se refere a respeitar diferenças, sobretudo, culturais, mas também atende aos universalistas quanto à sua inconformidade em relação a valores humanos impostos ou sequer discutidos no âmbito interno de determinados países.

Na visão de um ocidental, como a deste autor, parece que a concepção de direitos humanos apresentada pelos universalistas é mais atraente. Contudo, não há como negar que num país cuja cultura dê primazia ao coletivo em detrimento do individual, as bases informacionais serão distintas. Aí, passa a ser mais razoável que se defenda a liberdade de escolha e, quando essa liberdade, pelo caminho optado por uma sociedade, privar um indivíduo ou grupo de indivíduos que sejam excluídos

dentro dessa mesma sociedade, que se defenda a possibilidade de que eles sejam acolhidos livremente em outra sociedade na qual seus valores são compartilhados.

Por fim, pode-se dizer que o desenvolvimento como gerador de liberdades abre um caminho para influenciar as pessoas que vivem nos países ditos "não alinhados com as políticas universais sobre direitos humanos", mas a decisão da necessidade de uma mudança nesses países, bem como o caminho que devem seguir, é algo que precisa emergir de dentro para fora.

REFERÊNCIAS

COMPARATO, Fábio Konder. **Fundamentos dos Direitos Humanos**. *in* Efetivação dos Direitos Humanos no Brasil. Apostila do Centro de Estudos e Pesquisa dos Direitos Humanos, *mimeo*, São Paulo, Centro Acadêmico XI de Agosto, 1998

FINN, Karine. **Direito à diferença: um convite ao debate entre universalismo e multiculturalismo**. *In* DIREITOS HUMANOS, VOL. 1 - FLÁVIA PIOVESAN (coord.). Curitiba: Juruá, 2006.

MASSUD, Leonardo. **Universalismo e Relativismo Cultural**. *in*: Direitos Humanos. Vol. II. Curitiba: Ed. Juruá, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o direito Constitucional Internacional**. 5 ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. **Direitos Humanos: desafio da ordem internacional**. *In* DIREITOS HUMANOS, VOL. 1 - FLÁVIA PIOVESAN (Coord.). Curitiba: Juruá, 2006.

_____. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 48. Junho de 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Recebido em: 29/11/2018 Aceito em: 16/07/2019
--

Como citar este artigo?

VITOR, Rodrigo Ribeiro. Liberdade universalista e relativista. **(Re)pensando Direito**, Santo Ângelo/RS. v. 09. n. 17. jan./jun. 2019, p. 141-153. Disponível em: <http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/direito/index>.